



Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 - Viação Santo Ângelo S.A. - CNPJ: 24.088.688/0001-71 - Colombo-PR

Relatório da Administração - Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Permanecemos à disposição dos senhores acionistas para eventuais esclarecimentos que se tornarem necessários.

Curitiba, 17 de março de 2023. A Diretoria.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)							
	Nota	31.12.22	31.12.21		Nota	31.12.22	31.12.21
Ativo				Passivo			
<i>Circulante</i>		9.260	14.799	<i>Circulante</i>		8.972	13.794
Caixa e Equiv.de Caixa	5	7.788	13.023	Fornecedores	12	2.463	934
Contas a Receber		4	3	Instituições Financeiras	13	3.620	4.523
Adiantamentos Func. e Fornec.	6	136	502	Obrigações sociais e trabalhistas	14	1.022	940
Tributos a recuperar		276	245	Obrigações fiscais e tributárias	15	111	92
Estoques	7	686	613	Adiantamento de clientes	16	0	4.230
Outros Direitos		370	413	Provisão para férias e encargos	17	1.582	1.515
				Parcelamento de Tributos		22	22
				Outras obrigações		152	1.538
<i>Não Circulante</i>		92.276	79.054	<i>Não Circulante</i>		3.795	7.090
Realizável a Longo Prazo	7	74.674	64.071	Instituições Financeiras LP	13	3.480	7.018
Partes Relacionadas	9	33.261	22.705	Parcelamento de Tributos LP		35	56
Depósitos judiciais		96	49	Partes Relacionadas		0	0
Investimentos a receber	8	41.317	41.317	Provisão para Contingências	18	280	16
				Patrimônio Líquido		88.769	72.943
Investimentos	10	500	501	Capital realizado	19	67.338	67.338
Imobilizado	11	17.102	14.482	Reservas		33.123	17.297
				Prejuízo Acumulado		(11.692)	(11.692)
Total do Ativo		101.536	93.853	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		101.536	93.827

Demonstrativo de Resultado			
Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)			
	Nota	31.12.22	31.12.21
Receita Líquida	20	70.489	58.695
Custo dos Produtos e Serviços		48.227	38.382
Lucro Bruto		22.262	20.313
Despesas / Receitas Operacionais		6.436	6.377
Despesas Gerais e Administrativas	21	5.159	5.162
Despesas Comerciais		0	0
Resultado da Avaliação de Investimentos		2	0
Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos		358	78
Encargos Financeiros Líquidos	22	917	1.137
Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do IR e CS		15.826	13.936
IRPJ e CSLL correntes		0	0
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		15.826	13.936
Demonstrativo de Resultado Abrangente		31.12.22	31.12.21
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		15.826	13.936
Movimentação		0	0
Resultado Abrangente do Exercício		15.826	13.936

Demonstração de fluxos de caixa - DFC dos Exercícios		
	31.12.22	31.12.21

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido/(Prejuízo) antes do IR e CS	15.826	13.936
Ajustado por:		
Depreciação/Amortização/Alienação	3.364	9.309
Ganhos/Perdas em Investimentos	2	0
Reflexo de Redução de Recebíveis		
Provisão p/ Férias e Encargos	331	1.531
Resultado Ajustado	19.523	24.776
(Aumento)/Redução dos Ativos:		
Estoques	(73)	(48)
Outros Direitos a Receber/Tributos a Recuperar	11	(408)
(Aumento)/Redução dos Passivos		
Fornecedores	1.529	(131)
Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	19	18
Salários e Ordenados a Pagar	82	(1.216)
Outras Obrigações	(1.386)	463
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	19.705	23.454

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aplicações no Imobilizado/Investimentos	(5.984)	(7.549)
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	366	(164)
Cauções e Dep.Judiciais/Dividendos Recebidos	(47)	(31)
Emprestimos - Ativo	(10.583)	(11.117)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(16.248)	(18.861)
Instituições Financeiras	(4.441)	(7.280)
Parcelamento de Tributos	(21)	(1)
Partes Relacionadas - Passivo		(879)
Adto.Clientes e Adto.Futuro Aumento Capital	(4.230)	(4.312)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(8.692)	(12.472)
Aumento Líq./ (Diminuição) de Caixa e Equiv.Caixa	(5.235)	(7.879)
Caixa e Equiv.de Caixa no Início do Exercício	13.023	20.902
Caixa e Equiv.de Caixa no Final do Exercício	7.788	13.023

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)					
Eventos	Capital Social Realizado	Adto.p/Futuro Aum. Capital	Reservas	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2021	67.338	0	3.361	(11.692)	59.007
Integralização de Capital					0
Constituição de Reserva			13.936	(13.936)	0
Baixa de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital				13.936	13.936
Lucro do Exercício					
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2021	67.338	0	17.297	(11.692)	72.943
Integralização de Capital					0
Constituição de Reserva			15.826	(15.826)	0
Baixa de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital				15.826	15.826
Lucro do Exercício					
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2022	67.338	0	33.123	(11.692)	88.769



Nota 1. Informações Gerais

A companhia tem por objeto social a exploração de transporte coletivo de passageiros da Região Metropolitana de Curitiba, mediante concessão, permissão ou delegação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, exclusivamente, enquanto esta perdurar.

O direito de exploração dessa atividade está vinculado aos prazos e regras estabelecidas pelo poder público.

A Companhia integra o grupo econômico denominado “Grupo Noster”.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 17 de março de 2023.

Após sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Nota 2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo:

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2 Base de Preparação

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, e valor justo para os recebíveis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.4 Instrumentos Financeiros

2.4.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta “Encargos Financeiros Líquidos”.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

c) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

d) Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores e instituições financeiras.

2.4.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.4.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PCLD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui valores nessa classificação.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos", na demonstração do resultado.

2.8 Contas a Pagar aos Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.9 Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras)

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.10 Partes Relacionadas

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.

2.11 Demais Ativos e Passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.13 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia, sendo apurada em conformidade com o regime contábil de competência.

2.14 Regime de Tributação da Sociedade

A Sociedade é tributada com base no Lucro Real.

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.2. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.3. CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) substituiu as orientações existentes na CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 (IFRS 9) incluiu

novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma manteve as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38 (IAS 39).

Com a vigência da referida norma, a classificação passou a ser baseada no modelo de negócios pelo qual um ativo financeiro é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais.

A nova norma preservou parte dos requisitos da norma anterior para a classificação de passivos financeiros. As alterações substanciais na classificação do valor justo estão apresentadas a seguir: (i) a parcela da alteração no justo valor que é atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; e (ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício.

A Administração da Companhia avaliou os impactos da adoção do CPC 48 (IFRS 9) em suas operações e não identificou impactos significativos.

A classificação de instrumentos financeiros de acordo com a nova norma está demonstrada na Nota 2.4. - Instrumentos financeiros por categoria.

3.4 CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Clientes

O CPC 47 (IFRS 15) introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 (IFRS 15) substituiu as normas vigentes para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e as correspondentes interpretações. A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos.

No caso da venda de produtos, as receitas continuarão sendo reconhecidas quando os produtos são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da Companhia com os produtos.

No caso da venda de serviços, as receitas continuarão sendo reconhecidas com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço, uma vez que o valor justo e os preços de venda dos serviços individuais são relativamente semelhantes.

3.5. Pronunciamentos Contábeis e Interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;

- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2023:

- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco Cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.

Risco de Crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Caixa e Bancos	5.228	1.176
Aplicações Financeiras	2.560	11.847

<u>7.788</u>	<u>13.023</u>
--------------	---------------

Nota 6. Adiantamentos aos Funcionários e Fornecedores

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Adiantamentos a Funcionários	119	161
Adiantamentos a Fornecedores	17	341
	<u>136</u>	<u>502</u>

Nota 7. Estoques

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Material de Escritório	5	9
Chassis	243	264
Carroceria	99	80
Rodagem	32	40
Lubrificantes	41	36
Material em Conserto	(15)	(18)
Copa e Limpeza	4	6
Indumentaria	29	30
Combustíveis	225	156
Outras Aplicações	23	10
	<u>686</u>	<u>613</u>

Nota 8. Investimentos a Receber

Valores a receber de operações de venda de participações societárias.

Nota 9. Partes Relacionadas

As operações junto às sociedades do grupo, relativos a aportes de capital de giro para manutenção das atividades normais das referidas sociedades estão suportadas por contratos, ficando pré-estabelecido que as devoluções dos recursos transferidos, deverão ocorrer quando se fizer necessário ou conveniente, levando em consideração a situação financeira e a necessidade de cada Sociedade.

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Ativo		
Não Circulante		
Vivélo Participações Ltda.	15.850	9.777
Auto Viação Santo Antonio Ltda.	17.436	12.928
Total do Ativo Não Circulante	<u>33.286</u>	<u>22.705</u>
Passivo		
Circulante		
Stabile Participações Ltda.	(25)	(26)
Total do Passivo Circulante	<u>(25)</u>	<u>(26)</u>
Efeito Líquido entre Ativos e Passivos	<u>33.261</u>	<u>22.679</u>

Nota 10. Investimentos

A composição dos saldos está assim demonstrada:

	Viação Santo Agostinho SPE S.A.	Auto Viação Marechal	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021	<u>300</u>	<u>-</u>	<u>300</u>
Aquisição de Investimento	203	5.848	6.051
(-) Baixa de Investimento	(2)	(5.848)	(5.850)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	501	-	501
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	1	-	1
Resultado da avaliação de investimentos	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	500	-	500

Em 08 de outubro de 2020, através da Ata da oitava Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia transferiu o investimento na Empresa Auto Viação Marechal Ltda. para a Companhia Santo Agostinho Participações Societárias S/A como integralização de capital social nesta companhia. Em 31 de maio de 2021, ocorreu a rerratificação da transferência do capital ocorrida em 2020 e na mesma data, a venda da participação para a sociedade Only Investimentos Ltda.

Nota 11. Imobilizado

A composição dos saldos está assim demonstrada:

Imobilizado	Taxa Depreciação	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
		Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual
Prédios e Benfeitorias	10%	4.799	(4.041)	758	4.475	(3.760)	715
Máq. Ferramentas e Equip.	10% a 20%	1.756	(1.075)	681	1.969	(1.579)	390
Móveis e Utensílios	10%	31	(21)	10	280	(245)	35
Software	20%	161	(153)	8	223	(215)	8
Veículos	10%	32.084	(20.968)	11.116	33.958	(21.115)	12.843
Imobilizado em andamento	-	4.528	-	4.528	490	-	490
Outras Imobilizações	-	1	-	1	1	-	1
		43.360	(26.258)	17.102	41.396	(26.914)	14.482

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022:

Imobilizado	31 de Dezembro de 2021	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências	31 de Dezembro de 2022
Prédios e Benfeitorias	715	-	(282)	-	325	758

Máq. Ferramentas e Equipmts.	390	32	(57)	(81)	397	681
Móveis e Utensílios	35	5	(24)	(6)	-	10
Software	8	90	(29)	(61)	-	8
Veículos	12.843	1.097	(339)	(2.485)	-	11.116
Imobilizado em andamento	490	4.760	-	-	(722)	4.528
Outras Imobilizações	1	-	-	-	-	1
	<u>14.482</u>	<u>5.984</u>	<u>(731)</u>	<u>(2.633)</u>	<u>-</u>	<u>17.102</u>

Nota 12. Fornecedores

A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses), os quais estão assim apresentados:

	31 Dezembro de 2022	31 Dezembro de 2021
Fornecedores Diversos	2.315	833
Fornecedores Petrobrás	148	101
	<u>2.463</u>	<u>934</u>

Nota 13. Instituições Financeiras

	Modalidade	Vencimento	31 de Dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2021
Banco Itaú	Capital de giro	17/04/2023	644	2.000
Banco do ABC Brasil	Finame	30/09/2024	2.766	4.065
Banco Itaú	Leasing	08/05/2024	81	138
Banco Mercedes Benz	Capital de giro	22/12/2025	5.157	7.794
(-) Juros a apropriar	-	-	(1.548)	(2.456)
			<u>7.100</u>	<u>11.541</u>
Circulante			3.620	4.523
Não circulante			3.480	7.018

Finame: Referem-se aos financiamentos para aquisição de veículos de linha, atualizados até a data do balanço, corrigidos pela variação da URTJLP + juros + spread.

Capital de Giro: Referem-se a empréstimo para capital de giro, atualizados até a data do balanço, corrigidos pela variação média de 8,58% a.a. + CDI.

Leasing: Referem-se a leasing para aquisição de servidor de dados, atualizados até a data do balanço, corrigidos pela variação de 13,42% a.a.

Nota 14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Folha de pagamento	583	508
INSS a pagar	191	178
FGTS a pagar	131	122
Outros	117	132
	<u>1.022</u>	<u>940</u>

Nota 15. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Icms a Recolher	13	1
PIS a recolher	1	1
Cofins a recolher	4	3
INSS retido a recolher	8	8
ISS retido a recolher	2	2
IRRF a recolher	71	63
PIS/COFINS/CSLL retido fonte	12	14
	<u>111</u>	<u>92</u>

Nota 16. Adiantamentos de Clientes

31 de 31 de

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Serviços a Realizar - Vale Transportes	-	4.230
	-	4.230

Nota 17. Provisão p/Férias e Encargos

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Provisão p/Férias	1.361	1.303
Provisão p/Encargos s/ Férias	221	212
	1.582	1.515

Nota 18. Provisão para Contingências

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos, que representam R\$ 280, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 16, em 31 de dezembro de 2021).

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais, sendo que parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão. Ainda, conforme avaliação dos assessores jurídicos existem processos considerados como perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 5.096 (R\$ 5.239 em 31 de dezembro de 2021).

Nota 19. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é composto de 67.338 (sessenta e sete milhões e trezentos e trinta e oito mil) quotas no valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada, totalmente subscritas e integralizadas por sócios nacionais:

	Ações	Participação (%)
Auto Viação Santo Antônio Ltda.	67.337.000	99,9999%
Stabile Participações Ltda.	1.000	0,0001%
	67.338.000	100,00%

Reservas de lucros: Reserva de Incentivos Fiscais

Em 2022 a Companhia recebeu a título de subvenção do governo do Estado o montante de R\$ 24.787 (R\$ 14.345, em 31 de dezembro de 2021). No entanto, conforme Lei nº 12.973, art. 30 § 3º se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do caput, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes. Desta forma o valor constituído como reserva de subvenção de investimentos foi o lucro do período do exercício de 2022 no montante de R\$ 15.826 (R\$ 13.936 ,em 31 de dezembro de 2021).

Nota 20. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021
Receita Operacional Bruta		
Receita Transporte Coletivo	46.220	44.949
Receita com subvenções	24.787	14.345
Outras receitas operacionais	448	325
(-) Deduções		
Impostos e Contribuições	(966)	(924)
Receita Operacional Líquida	<u>70.489</u>	<u>58.695</u>

Nota 21. Receitas e Despesas Financeiras

31 de Dezembro	31 de Dezembro
-------------------	-------------------

	<u>de 2022</u>	<u>de 2021</u>
Despesas financeiras		
Juros pagos	(13)	(8)
IOF	(8)	(57)
Encargos sobre empréstimos	(929)	(817)
Juros sobre financiamentos	(518)	(582)
Outras despesas	(28)	-
	<u>(1.496)</u>	<u>(1.464)</u>
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicação financeira	555	190
Descontos obtidos	20	37
Outras receitas	4	100
	<u>579</u>	<u>327</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(917)</u>	<u>(1.137)</u>

Nota 22. Seguros (Não Auditados)

Os bens do ativo imobilizado estão segurados em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 23. Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

A partir de agosto de 2020 entrou em vigor a Lei nº 13.709/18, conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, que estabelece regras sobre a coleta, o tratamento, o armazenamento e o compartilhamento de dados pessoais gerenciados pelas empresas.

Esta Lei afetará todas as organizações que colem, usem, armazenem ou processem de alguma forma, dados pessoais (de pessoas físicas) de colaboradores, clientes ou fornecedores e tem por objetivo a proteção da privacidade dos dados pessoais, que implicará na adoção de medidas administrativas, procedimentais e estruturais para garantir a aplicação da Lei.

Para se adequar, a empresa montou um comitê de implantação, composto pela Diretora, Gerências e Coordenadoria de TI e DPO. Já foram implementados os seguintes pontos:

- Implantando Políticas de Segurança da Informação e efetuado treinamento com os colaboradores atuais e futuras integrações.
- Implantando Termo de Compromisso Com Colaboradores.
- Realizado o Mapeamento das Fontes de Dados Pessoais e Sensíveis.
- Realizado Mapeamento e inventário de dados nos Setores.

E estão em fase de implantação os seguintes pontos:

- Divulgação do DPO em matérias publicitárias.
- Desenvolvimento do RIPDP.
- Revisão de Contratos.
- Gerenciamento de Eventos de Segurança da Informação;
- Documentação dos sistemas de Proteção de Segurança da Informação;
- Adequação de Sistemas e Processos;
- Adequação de Web Sites.

EDILSON MIRANDA
Diretor Geral

WILSON LUIZ GOLIN
Diretor Presidente

CRISTIANO TANER
Contador – CRC 048875/O-1/PR

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Viação Santo Angelo S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Viação Santo Angelo S.A.**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

“Coisa Julgada” em matéria tributária

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, os assessores jurídicos da Companhia estão analisando os processos judiciais já transitados em julgado e seus impactos perante as decisões do STF sobre tais questões.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de março de 2023.



MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 6.472/O-1

George Angnes

Contador CRC-PR Nº 42.667/O-1